

## “Naquele tempo, e talvez que ainda hoje”: a ironia do recuo histórico de *Memórias de um sargento de milícias*

“In that time, and perhaps even today”: the irony of *Memoirs of a Militia Sergeant's*  
temporal retreat

Dankar Bertinato Guardiano de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** “Era no tempo do rei”: o parágrafo de abertura de *Memórias de um sargento de milícias*, publicado entre 1852 e 1853, situa a ação do romance em um contexto histórico específico, o da transferência da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, sob regência de D. João, em 1808. O fato justificaria parcialmente a recepção crítica inicial do romance de Manuel Antônio de Almeida, que o consideraria um romance histórico ou crônica de costumes já passados (Castro, 2013). Em seu influente ensaio “Dialética da malandragem”, Antonio Candido (2023), por sua vez, sugeriria que o tratamento do passado em *Memórias* se assemelharia mais à lógica dos contos de fadas, como se o “tempo do rei” pertencesse a um passado mitológico. Nelson Werneck Sodré (1982) defendeu que o recuo histórico seria um recurso estratégico adotado pelo autor a fim de criticar seu próprio tempo sem sofrer represálias. Este artigo propõe uma leitura parecida, acrescentando, porém, que o recuo histórico, constantemente ironizado pelo narrador, não é um mero subterfúgio, mas sim um componente fundamental para os objetivos do romance: mostrar que o Brasil, apesar das mudanças recentes, seguia o mesmo.

Palavras-chave: *Memórias de um Sargento de Milícias*; romance brasileiro; literatura brasileira oitocentista.

**Abstract:** “It was back in the time of the king”: the opening of *Memoirs of a Militia Sergeant*, published between 1852 and 1853, sets the novel’s action in a specific historical context, that of the transfer of the Portuguese court to Rio de Janeiro, under the rule of D. João, in 1808. This fact partially justify the initial critical reception of Manuel Antônio de Almeida’s novel, which was considered a historical novel or a chronicle of past customs (Castro, 2013). In his influential essay “Dialectic of Roguery”, Antonio Candido (2023), in turn, suggests that the treatment of the past in *Memoirs* more closely resembles the logic of fairy tales, as if the “time of the king” belonged to a mythological past. Nelson Werneck Sodré (1982) argues that the historical retreat is a strategy adopted by the author in order to criticize his own time without suffering reprisals. This article proposes a similar reading, adding, however, that the historical retreat, constantly ironized by the narrator, is not a mere subterfuge, but rather a fundamental component for the novel's objectives: to show that Brazil, despite recent changes, remained the same.

<sup>1</sup>Graduado em Letras Português em 2019 e mestre em Estudos Literários pela UFPR em 2022, atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma universidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9357-6217> Email: [dankar.bertinato@gmail.com](mailto:dankar.bertinato@gmail.com)

Keywords: *Memoirs of a Militia Sergeant*; Brazilian novel; Nineteenth-century Brazilian literature.

## 1 Introdução

Publicado originalmente em formato de folhetim no jornal *Correio Mercantil* entre junho de 1852 e julho de 1853, e sem a assinatura de seu autor, *Memórias de um sargento de milícias* precisou de quase um século para ser reconhecido pela crítica como uma obra fundamental na literatura brasileira. Após uma primeira edição em livro — lançada em dois volumes, em 1854 e em 1855, e creditada simplesmente a “Um brasileiro” — que pouco vendeu, o romance só voltou a ser reeditado em 1862, um ano depois da morte precoce de Manuel Antônio de Almeida em um acidente de navio aos trinta anos de idade. Como comenta Ruy Castro no prefácio às edições recentes da obra pelo selo Penguin Classics da Companhia das Letras, durante a maior parte do século XIX a crítica concederia elogios apenas modestos à obra, reconhecendo-a como uma curiosidade simpática, mais valiosa como documento histórico do que como literatura. O jornalista credits o fato à singularidade de *Memórias de um sargento de milícias* na época de seu lançamento, ainda nas primeiras décadas de produção romanesca nacional. Para Castro, a obra de Manuel Antônio de Almeida representaria “o antirromantismo, o anti-*Moreninha*, o anti-Macedo”, além de ser o primeiro romance “escrito na língua que se falava nas ruas do Rio: o português do Brasil” (Castro, 2013, p. 8), o que justificaria a incompreensão a seu respeito na época.

Existe algum exagero no comentário de Ruy Castro. Afinal, a extensa e variada obra do próprio Macedo não deveria ser reduzida apenas ao romance *A Moreninha*. É inquestionável, todavia, que *Memórias de um sargento de milícias* destoa muito do cenário literário da época como um todo. Para começo de conversa, seu autor estava distante da “literatura oficial” do período. Como se sabe, D. Pedro II era tido por patrono das ciências e das artes nacionais, e durante seu reinado financiou diretamente autores que pudessem promover um sentimento de identidade brasileira. A essa iniciativa se associam geralmente obras românticas de viés indianista, como os poemas épicos *A confederação dos Tamoios* e *I-Juca-Pirama*, ao ponto de as historiadoras Lília Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling afirmarem que “no Brasil o romantismo não foi apenas um projeto estético, mas antes um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo, ao desejo de independência cultural e à monarquia” (Schwarcz; Starling, 2018, p.

288). Embora não tenha escrito obras indianistas, Joaquim Manuel de Macedo — participante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “quicá a instituição que mais se empenhou em forjar uma identidade para o país” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 285) —, também é visto como colaborador dessa produção cultural palaciana. Não é o caso de Manuel Antônio de Almeida, então um jornalista de pouca influência e distante dos círculos intelectuais da elite. Todavia, são as particularidades formais de seu romance que lhe dão destaque em relação a seus contemporâneos: a prosa é mais informal, adotando gírias e uma sintaxe próxima da oralidade, sem muitos adjetivos ou construções elaboradas; o humor e a leveza são predominantes, mesmo nos momentos em que se narram acontecimentos tristes ou em que se apresentam sentimentos “elevados”; os personagens são em sua maioria profissionais autônomos, funcionários públicos de baixo escalão ou “vadios”, cidadãos livres em suma, mas pertencentes a uma pequena burguesia ainda incipiente, distante da corte.

Por conta de tais peculiaridades, mesmo os críticos mais entusiasmados com o romance teriam certa dificuldade ao tratar dele. Em 1894, José Veríssimo o elogiaria como um romance de costumes que antecipava a estética realista pelo seu tratamento histórico da cidade do Rio de Janeiro durante a regência de D. João VI. Quase meio século depois, em 1941, Mário de Andrade recusaria tanto a ideia de que *Memórias de um sargento de milícias* fosse um preconizador quanto um realista, vendo-o mais como “um continuador atrasado, um romance do tipo marginal, afastado da corrente média das literaturas”, associando-o assim a tradições satíricas da Antiguidade, como o *Satiricon*, e do Renascimento, como o *Lazarillo de Tormes* (apud Candido, 2023, p. 19). Sendo *Lazarillo de Tormes* o marco fundador do romance picaresco espanhol, o comentário de Mário de Andrade influenciaria inúmeros críticos posteriores a considerarem *Memórias de um sargento de milícias* um exemplar brasileiro do gênero. Darcy Damasceno, no entanto, em texto de 1956, negaria tal filiação por falta de “marcas peculiares ao gênero picaresco” (apud Candido, 2023, p. 19), ao mesmo tempo, entretanto, em que tampouco enxergaria rigor documental suficiente para que fosse considerado um romance realista ou histórico.

Seria a partir de 1970, com o famoso artigo “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido, que se consolidaria algo próximo a um consenso crítico a respeito de *Memórias de um sargento de milícias*. Reconhecendo o que existiria tanto de pertinente quanto de vago nos comentários mencionados acima, Candido defende que o romance de Manuel Antônio de



Almeida seria, na verdade, o primeiro exemplar do que chama de romance malandro, que teria como sucessor mais notório justamente o *Macunaíma*, de Mário de Andrade (Candido, 2023, p. 25-26). Para o crítico, esse romance malandro deriva tanto da cultura popular quanto da letrada. Diferentemente dos pícaros, que se tornam marginais para sobreviver à realidade dura, os malandros seriam “*tricksters*” por natureza, como o macaco, a raposa ou o jabuti dos contos de fadas, que cultivam um gosto pela prática da “astúcia pela astúcia” (Candido, 2023, p. 26), sem objetivos práticos, e sem que tal hábito precise ser justificado psicologicamente pela narrativa. Do mesmo modo, o enredo, ao invés de girar em torno de “enchimentos” — isto é, os “momentos mais banais da vida cotidiana”, que para o crítico italiano Franco Moretti seriam a principal característica do romance burguês oitocentista (Moretti, 2014, p. 83) —, se constituiria de uma sucessão de peripécias que, conquanto não rompesse com o realismo, aproximaria a narrativa das histórias de aventuras. Não à toa, mesmo o parágrafo introdutório de *Memórias de um sargento de milícias* — “Era no tempo do rei” (Almeida, 2013, p. 31) —, embora remeta a um contexto histórico delimitado (os anos entre 1808 e 1821, quando a coroa portuguesa, sob regência de D. João, esteve sediada no Rio de Janeiro) lembra, mais que qualquer outra coisa, a “frase padrão dos contos da carochinha” (Candido, 2023, p. 27).

No seu estudo dedicado ao romance histórico, György Lukács contrasta as obras de Walter Scott às de autores como Walpole, Lesage, Swift, Voltaire ou Diderot que, ao seu ver, fazem uso do substrato histórico “apenas como roupagem”, sem que “a particularidade dos homens ativos deriv[e] da especificidade histórica de seu tempo” (Lukács, 2011, p. 33). Não creio que esse seja o caso de *Memórias de um sargento de milícias*. Apesar de insistir nos “traços semifolclóricos” do romance, Candido os enxerga como intimamente relacionados ao objetivo de representar os costumes das classes médias cariocas, construindo assim “um realismo espontâneo e corriqueiro, mas baseado na dinâmica social do Brasil na primeira metade do século XIX” (Candido, 2023, p. 29). Aos olhos do crítico brasileiro, a relação da obra com a realidade brasileira é restrita mas inegável, semelhante à da “produção cômica e satírica da Regência e primeiros anos do Segundo Reinado [...] no jornalismo, na poesia, no desenho, no teatro” (Candido, 2023, p. 29). Corroborar essa analogia jornalística sua base supostamente factual, já que tanto o major Vidigal quanto o protagonista do romance, Leonardo, teriam sido inspirados em figuras reais do período em que a história se passa (Castro, 2013, p. 18-19).

Alguns críticos reconheceriam o interesse de Manuel Antônio de Almeida em retratar a realidade brasileira sem, no entanto, dar grande importância para o fato de a história se passar no período joanino. Nelson Werneck Sodré, por exemplo, argumentaria que a “vida de rua, os tipos de rua, as figuras comuns e populares que percorrem as páginas das *Memórias*, não eram muito diferentes, em 1810 e em 1850, em 1808 e em 1852” (Sodré, 1982, p. 229). Para o crítico, o recuo histórico seria, portanto, apenas uma espécie de disfarce, “uma saída natural e intencional do autor, para fazer crítica — e há muita crítica transparente nas páginas do livro — e não chocar os criticados” (Sodré, 1982, p. 229). O que Sodré parece sugerir é que, não fosse a preocupação com a reação do público, o autor poderia ter abdicado do contexto histórico joanino sem prejuízo para o sentido do romance como um todo. Não creio que seja o caso. O recuo histórico de *Memórias de um sargento de milícias* não deveria ser visto como mero subterfúgio, mas sim como parte fundamental da crítica do autor à falta de mudanças no país. Nas próximas páginas, pretendo mostrar que o narrador de Manuel Antônio de Almeida se utiliza ironicamente da distância temporal para indicar que os problemas do passado sobrevivem no presente.

## 2 O “tempo do rei” e o hoje de Manuel Antônio de Almeida

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro no início de 1808, motivada pelos avanços do exército de Napoleão na Europa, deu início a uma série de mudanças na colônia que se via repentinamente alavancada ao estatuto de sede do império. Com a autorização de D. João, instituições fundamentais para a modernização do país foram finalmente criadas, como escolas de ensino superior, indústrias, o Banco do Brasil e uma polícia nacional, além da Imprensa Régia, que permitiu não só a publicação de obras científicas, religiosas e literárias traduzidas e originais (desde que convenientes aos interesses da censura) como também a publicação do primeiro periódico brasileiro (Schwarcz; Starling, 2018, p. 173-183). Os hoje chamados Jardim Botânico, Museu Nacional e a Biblioteca Nacional também foram abertos ao público nesses primeiros anos. Com a licença para a importação de todo tipo de produto provindo de nações amigas, livros e artigos de moda de origem estrangeira passariam a circular na corte, diminuindo um pouco as distâncias culturais entre o Rio de Janeiro e as metrópoles europeias — principalmente Paris, cuja influência cultural no Brasil só aumentava depois da

pacificação entre as duas nações em 1814 (Schwarcz; Starling, 2018, p. 190). A paisagem fluminense também sofreria alterações, com a expansão de seu núcleo urbano, até então reduzido a “não mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 176). Embora os números exatos sejam difíceis de estimar, houve um grande aumento da população do Rio de Janeiro nos seis anos seguintes à transferência da corte. Lília Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling estipulam um salto “da casa dos 60 mil habitantes [...] para a dos 90 mil” (2018, p. 185).

O *tempo do rei* evocado na abertura de *Memórias de um sargento de milícias* carrega, portanto, muito significado. Nem todos neutros ou positivos. Para acolher os emigrados portugueses que vieram no percalço da corte, seriam criados cargos públicos meramente ornamentais; do mesmo modo, títulos de nobreza seriam distribuídos quase a esmo a fim de amenizar os ânimos de negociantes e proprietários rurais locais que se indignavam com a expropriação de propriedades que se seguiu à instalação da Família Real ou com os aumentos de impostos por conta do inchamento da máquina pública (Schwarcz; Starling, 2018, p. 180-181). Já figuravam então no imaginário popular os vícios nacionais da corrupção e da “vadiagem”: mesmo o príncipe regente adquiria o costume local, inofensivo, mas excêntrico aos olhos estrangeiros, de fazer a sesta após os almoços (Schwarcz; Starling, 2018, p. 185). Os europeus estranhariam também a balbúrdia das ruas cariocas, com ambulantes e animais exóticos circulando livremente, e, mais grave, a naturalidade com que castigos violentos eram infligidos publicamente contra os escravizados.

É esse o contexto da história de *Memórias de um sargento de milícias*. Contexto apresentado de modo aparentemente incoerente, no entanto. Como narra-se desde o primeiro encontro dos pais de Leonardo no navio que os trazia de Portugal até o casamento do jovem, é possível concluir que o romance percorra, no mínimo, dezoito anos. Wilson Martins calcularia, mais especificamente, vinte e um ou vinte e dois anos (Martins, 1977, p. 485). A regência de D. João, porém, durou somente treze (ignorando ainda o fato de ele ter sido coroado apenas em 1818). O “tempo do rei”, portanto, esclarece no máximo que o começo da história é posterior a 1808, mas nada além disso, e não há em nenhum outro momento indicações de quando ela termina. Invariavelmente, uma parte considerável da narrativa *precisa* ser posterior à Independência do Brasil de 1822, ideia que Martins consideraria inaceitável, preferindo ver na obra um problema de cronologia: “ele [o romance] deve terminar dez anos antes, e, nesse caso, o Leonardinho teria



apenas dez anos quando se casou...” (Martins, 1977, p. 485). É difícil de entender, no entanto, o motivo de o crítico considerar inviável que o romance se estenda além da Independência. Sua estimativa de que a obra terminaria por volta de 1831 ou 1832 de fato criaria uma incoerência pelo fato de as milícias terem sido extintas em 1831, substituídas pelas Guardas Nacionais. Todavia, o início do romance pode ser um pouco anterior ao ano de 1810 estimado por Martins (1977, p. 485), de modo que a promoção de Leonardo, no início de seus vinte anos, não seria necessariamente um anacronismo. Há, inclusive, uma breve referência do narrador à Independência, à qual voltarei na conclusão deste artigo, que reforça a possibilidade de o romance se encerrar em pleno Primeiro Reinado. Mesmo que não fosse o caso e as estimativas de Martins fossem inquestionáveis, tal imprecisão histórica (ou mesmo indiferença à verossimilhança) condiria com o comentário de Antonio Candido, já citado, de que a abertura do romance de Manuel Antônio de Almeida parece uma remissão a um tempo mítico, tão longínquo do hoje quanto as narrativas dos contos de fadas — outro traço que o afastaria do realismo oitocentista mais convencional e, principalmente, de um romance histórico propriamente dito.

Longe de aparecer somente nessa frase inicial, tal distanciamento entre o presente da narrativa e o da narração é recorrente no discurso do narrador por todo o romance. No quinto capítulo, o major Vidigal é apresentado como “rei absoluto” daquele tempo em que “ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava-o de um modo em harmonia com as tendências e ideias da época” (Almeida, 2013, p. 52). A completa arbitrariedade de que faria uso uma autoridade legal num contexto em que as instituições ainda estavam mal consolidadas é reforçada, no mesmo parágrafo, com a referência a “uma espécie de inquisição policial” como descrição do poder do major. A Inquisição portuguesa, vale notar, nunca fora instituída formalmente no Brasil, mas só seria de fato extinta em solo europeu em 1821. Seu uso metafórico nessa passagem, portanto, parece salientar a confluência cômica entre costumes e estruturas sociais modernos e antiquados. Que essa desorganização, arbitrariedade e disjunção sejam tratadas num tom aparentemente saudosista só pode ser visto como um recurso irônico. Em sua tese de doutorado, Gabriela Azeka comenta: “Definir o ‘tempo do rei’ como uma época ‘abençoada’, após tais descrições, é deixar óbvia a intenção de ironizar os ‘bons tempos de outrora’ no que se refere à organização judicial” (Azeka, 2005, p. 229).

Ao analisar o uso da ironia no romance de Manuel Antônio de Almeida, Azeka foca principalmente nesses adjetivos positivos utilizados recorrentemente pelo narrador nos momentos mais inadequados. “Espiar a vida alheia”, por exemplo, torna-se então um “belo hábito” (Almeida, 2013, p. 39); a balbúrdia durante as procissões é descrita como coisa habitual “naqueles *devotos* tempos” (Almeida, 2013, p. 47, grifo do autor); o *ofício* de ser pago para arranjar confusão é exercido por “honestos cidadãos” (Almeida, 2013, p. 100), e assim por diante. Todavia, a pesquisadora deixa passar um sentido de ironia mais sutil, que atravessa todo o romance, e que consiste na delimitação ao passado de comportamentos ainda recorrentes. Logo no segundo parágrafo de *Memórias de um sargento de milícias*, antes mesmo que qualquer personagem seja introduzido, segue-se uma descrição dos louros da ocupação de Leonardo-Pataca, a de meirinho (magistrado equivalente a um corregedor atual). O que chama a atenção é a suposta *nobreza* de tal posto na época, em contraste com a sua decadência no presente da narrativa: “Os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei; esses eram gente temível e temida, respeitável e respeitada” (Almeida, 2013, p. 31). Nisso já encontramos o tipo de ironia descrito por Azeka, posto esse elogio aos meirinhos ocorrer enquanto são descritos os abusos e corrupções cometidos então pela classe. No entanto, mais significativo para os interesses deste artigo é que, ao conhecermos Leonardo-Pataca, não vemos vestígios do “ar de majestade forense” (Almeida, 2013, p. 32) que é atribuído ao cargo. Pelo contrário, encontramos uma figura patética que, se levássemos os comentários do narrador ao pé da letra, deveria condizer mais com os meirinhos *de hoje* do que com os de *outrora*. Já no segundo capítulo do romance, quando hostiliza sua companheira Maria por desonrá-lo com inúmeras traições, esta ironiza: “honra de meirinho... ora!” (Almeida, 2013, p. 39). É uma piada recorrente. O fato de ser meirinho não impede que Leonardo-Pataca seja humilhado pelo major Vidigal, que o prende e o expõe publicamente na Casa de Guarda, ofendendo também outros colegas de ocupação (Almeida, 2013, p. 55). Do mesmo modo, quando os amigos de Leonardo-Pataca intervêm para sua liberação, uma figura com acesso à corte faz graça da ideia de ir ao palácio em benefício de um meirinho: “El-rey há de rir-se do meu ‘afilhado’” (Almeida, 2013, p. 78). Em resumo, o leitor em momento algum vê confirmada a distinção e influência do cargo conforme havia sido apresentado inicialmente pelo narrador. Quando Leonardo, filho de Leonardo-Pataca e Maria, é abandonado por ambos, o padrinho que o toma sob sua proteção considera o posto indigno para o rapaz, já que, embora renda algum dinheiro “quando se tem *jeito*” (Almeida, 2013,



p. 45, grifo do autor), numa insinuação das vantagens da corrupção, ainda é uma posição menosprezível na escala social.

Perceba-se então que a ironia não está somente no contraste entre a apresentação elevada dos meirinhos feita pelo narrador e o desrespeito constante com que Leonardo-Pataca é tratado pelos outros personagens, como notaria Azeka, como também no fato de que essa baixa estima pela classe é comentada como uma característica do *presente*, anulando, portanto, a afirmação anterior de que as coisas seriam diferentes nos “tempos do rei”. É curioso que Nelson Werneck Sodré mencione justamente ao fato de meirinhos ainda existirem no contexto de publicação do romance para defender o argumento de que o autor “evitou tudo que se aproximasse do ataque direto, da crítica frontal, da reconstituição imediata” (Sodré, 1982, p. 229-230), sendo que, como vemos, o recuo histórico não ameniza a sátira feita à classe, descrita, no presente, como “sombra caricata” de algo que é ridicularizado mesmo em seus supostos tempos áureos.

Mas não é só a respeito dos meirinhos que isso acontece, sendo, por vezes, o próprio narrador quem reconhece os tempos passados só parecerem diferentes (para o bem ou para o mal) por idealização. Assim, os rapazes culpados “de zombaria e de imoralidade” durante os eventos religiosos daqueles tempos “são os velhos de hoje[...] que tanto clamam contra o desrespeito dos moços de agora” (Almeida, 2013, p. 47). Outro exemplo significativo se encontra no capítulo 19, no qual se narra uma festa de Espírito Santo. Após comentar que a festa ainda “é motivo de grande agitação”, o narrador reforça que é incomparável ao que se passava antes, quando, por exemplo, duravam muito mais tempo. O que vem em seguida, entretanto, relativiza esse juízo de valor:

Aquele que escreve estas Memórias ainda em sua infância teve ocasião de ver as Folias, porém foi já no seu último grau de decadência, e tanto que só as crianças como ele davam-lhes atenção e achavam nelas prazer; os mais, se delas se ocupavam, era unicamente para lamentar a diferença que faziam das primitivas. O que dantes se passava, bem encarado, não estava muito longe de merecer censura; porém era costume, e ninguém vá lá dizer a alguma velha desse tempo que aquilo devia ser por força muito feio, porque leva uma risada na casa, e ouve uma tremenda filípica contra as nossas festas de hoje (Almeida, 2013, p. 120).

É o momento em que o narrador mais se individualiza, sugerindo, inclusive, uma coincidência com o autor empírico pelo menos no que concerne à faixa etária. É conhecida a formulação de Jean-Paul Sartre segundo a qual o narrador do realismo francês seria um “cinquentão vivido e sociável” (Sartre apud Schwarz, 2012a, p. 49), descrição que poderia ser

estendida para uma parte considerável dos narradores em terceira pessoa do século XIX como um todo. O narrador de *Memórias de um sargento de milícias*, ao contrário, não só por conta das gírias e do tom extremamente coloquial, alude a uma voz mais jovem, de alguém que só tem condições de narrar sobre os tempos passados por ter se consultado com pessoas que os viveram em primeira mão, como indicado pela remissão à sua experiência pessoal com as Folias contrastada aos relatos de testemunhas mais velhas, cuja imparcialidade é imediatamente questionada. Essa maledicência encontrada a partir da segunda frase da citação acima combina com o uso irônico de adjetivos positivos mencionado por Azeka na composição de uma voz narrativa polifônica que, na reprodução do discurso alheio, saudosista, não deixa de salientar sua discordância, ou pelo menos desconfiança, frequentemente mesmo com o uso de grifos, recurso gráfico padrão para se indicar ironia (“naqueles *devotos* tempos”, etc.).

Já teríamos um uso da ironia mais complexo do que o comentado por Azeka se ele se reduzisse a essa desconstrução de um passado idealizado. Mas existe ainda um outro nível. Afinal, o narrador de *Memórias sentimentais de um sargento de milícias* não se limita a elogiar o que chama de “tempo de poucas preocupações” (Almeida, 2013, p. 65). Há sobretudo a ocorrência reiterada de comentários negativos ao passado. Isso poderia ser visto simplesmente como uma incoerência na construção da voz narrativa, ou então como momentos em que o narrador, dentro do seu objetivo geral de criticar o Brasil do início do século XIX, optasse por intercalar as ironias acima com comentários mais diretos. Quando analisamos essas ocasiões com mais atenção, entretanto, o presente da narrativa se torna tão objeto da sátira quanto o passado.

Já citei acima como o narrador descreve o “belo hábito” da bisbilhotice, mas vale a pena nos determos agora na frase inteira: “Espiar a vida alheia, inquirir dos escravos o que se passava no interior das casas, era naquele tempo coisa tão comum e enraizada nos costumes, que ainda hoje, depois de passados tantos anos, restam grandes vestígios desse belo hábito” (Almeida, 2013, p. 39). Não é necessário ser um especialista na história da vida privada do século XIX para perceber quão absurda é a ideia de a fofoca ser um hábito restrito a um contexto histórico anterior, do qual sobreviveriam meros “vestígios” no presente. Do mesmo modo, ao apresentar José Manuel, pretendente de Luisinha e nisso antagonista de Leonardo no romance, o narrador comenta que “[e]ntre todas as suas qualidades possuía uma que infelizmente caracterizava naquele tempo, e talvez que ainda hoje, positiva e claramente o fluminense, era a maledicência”

(Almeida, 2013, p. 129). Esse *talvez* empregado para amenizar o que é certo trata-se, novamente, de um falso decoro, que só reforça a continuidade dos hábitos criticados. Abundam exemplos desse procedimento que, fingindo diferenciar, acaba por aproximar o passado e o presente: “Os nossos costumes nesse tempo a respeito de franqueza e hospitalidade não eram lá muito louváveis” (Almeida, 2013, p. 110). Ou ainda:

Se esta facilidade de expansão não fosse acompanhada da grande facilidade de rompimentos e de intrigas, seria uma das grandes virtudes daquele tempo. Porém as simpatias que se criavam em uma hora de conversa transformavam-se em ódio num minuto de desavença (Almeida, 2013, p. 190-191).

Em *Um mestre na periferia do capitalismo*, o crítico Roberto Schwarz nomeia de “desfaçatez” uma certa tendência à “universalização do capricho” por parte dos narradores de Machado de Assis, em especial de Brás Cubas (Schwarz, 2012b, p. 33). Com essa desfaçatez, o narrador pretenderia se mostrar moralmente superior na mesma medida em que revela seus maiores defeitos, justificados de antemão por serem apresentados como características comuns a toda a humanidade. Como diz Luís Bueno, em artigo recente a respeito do romancista, são “reflexões sobre a ‘natureza humana’ que universalizam suas maldades pessoais” (Bueno, 2020, p. 277). Poderíamos ver no narrador de *Memórias de um sargento de milícias* um mecanismo às avessas dessa desfaçatez, consistindo na *falsa* particularização histórica de defeitos universais, ao invés da machadiana universalização de defeitos particulares. Se a desfaçatez de Brás Cubas ou de Bentinho, de *Dom Casmurro*, visava a conservação de sua superioridade mesmo na hora de admitir ciúmes, invejas, mesquinhas e crueldades gratuitas, a do narrador de Manuel Antônio de Almeida é a de quem critica em terceiros atitudes que finge não saber pertencerem também a seus interlocutores (no caso, o Brasil de meados do século XIX). É como se perguntasse, retoricamente, com piscadelas maliciosas: *sim, costumávamos ser fofoqueiros, irresponsáveis, corruptos e traiçoeiros, mas não somos mais, somos?* Uma insinuação ainda mais crítica por partir de uma generalização delimitada, já que Manuel Antônio de Almeida jamais parece querer falar da humanidade como um todo (como fariam os narradores de Machado), mas sim do brasileiro e, mais especificamente, do carioca, já que enfatiza sempre esses costumes como “nossos”.

### 3 Conclusão



Mais do que a vagueza no que diz respeito às particularidades sociais do contexto narrado, o que realmente desestabiliza qualquer sentido de historicidade em *Memórias de um sargento de milícias* é, portanto, essa ironia com que o narrador constantemente contradiz a distância entre o passado e o presente da narrativa. Se o romance parece *pouco histórico* não é tanto por causa do “predomínio do imaginoso e do improvisado sobre a retratação ou a reconstituição histórica” do Brasil das primeiras décadas do século XIX, como afirma Damasceno (apud Candido, 2023, p. 19), quanto por sugerir que, fora particularidades superficiais, e apesar de o narrador estar sempre afirmando o contrário, o Brasil e os brasileiros seguem os mesmos. Quaisquer mudanças efetivas são superficiais, e nisso se inclui, por exemplo, a Independência do Brasil.

Embora manifestações contrárias à Coroa tenham ocorrido em solo nacional pelo menos desde o século XVIII, a Independência de 1822, como se sabe, não teria participação popular, nem representaria uma grande ruptura com o sistema vigente. Ao contrário, decorreria de uma negociação tensa e demorada com a corte, que, após o retorno de D. João VI à Portugal em 1821, exigia uma diminuição na autonomia outorgada à colônia enquanto fora sede da Coroa. Emancipação “particular e trivial”, que “chegava sem mudanças radicais” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 221-222), a Independência do Brasil se distinguiria ainda das demais independências americanas por seu feitio conservador, já que manteve o regime monárquico — regido, ainda por cima, pelo filho do imperador português. Anos depois, em 1831, quando os ânimos liberais enfim pressionariam D. Pedro I à renúncia no que muitos consideraram nossa “verdadeira independência” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 242), o que se seguiria, mais uma vez, seria não a ruptura com o *status quo*, mas a abdicação do imperador em favor... do próprio filho e sucessor natural, então com seis anos incompletos. Os anos seguintes seriam marcados por instabilidade, com revoltas do norte ao sul do país que, curiosamente, conquanto se opusessem aos governos regentes (e foram quatro Regências ao longo dos nove anos que separaram os dois reinados), não raro prometiam sua lealdade ao futuro monarca<sup>2</sup>. Acreditando-se, não sem alguma exatidão, que apenas a figura do rei seria capaz de centralizar o poder e impedir a fragmentação do país, deu-se um golpe a fim de adiantar a maioridade de D. Pedro II e coroá-lo aos catorze anos, dando início,

---

<sup>2</sup> A Sabinada, ocorrida entre 1837 e 1838, pretendia instituir uma república baiana até a maioridade de D. Pedro (Schwarcz; Starling, 2018, p. 258). Do mesmo modo, Bento Gonçalves, um dos líderes da Revolução Farroupilha, declararia lealdade ao jovem monarca logo antes da proclamação da República Rio-Grandense, em 1836 (Schwarcz; Starling, 2018, p. 262). Entretanto, não se deve generalizar: a própria Revolução Farroupilha se estendeu até 1845, assim como houve revoltas que não titubeavam em suas intenções republicanas desde o início.

em 1840, ao Segundo Reinado — o que refrearia os ânimos republicanos por três décadas e criaria um cenário em que a falta de diferenças ideológicas entre políticos conservadores e liberais viraria motivo de piada (Schwarcz; Starling, 2018, p. 279-282). É nesse contexto que Manuel Antônio de Almeida escreve e publica seu único romance.

Como comentei anteriormente, existe apenas uma menção (ainda indireta) à Independência em *Memórias de um sargento de milícias*. Ela aparece logo na abertura do oitavo capítulo, quando o narrador introduz na história o “paço imperial, que no tempo em que passou esta nossa história se chamava palácio del-rey” (Almeida, 2013, p. 65). Ou seja, o único indicativo de que o “tempo do rei” teria passado é através dessa referência à troca de nomes efetuada a partir da regência de D. Pedro I, uma troca de nomes que mantém o significado inalterado. Note-se, porém, que a referência ocorre apenas no plano do discurso do narrador, e em momento algum, mesmo com o avanço cronológico do romance tornando inevitável a passagem para o Primeiro Reinado, tal fato repercute no cotidiano dos personagens. Pode ser uma incoerência narrativa; mas pode ser, também, uma sugestão de que a mudança de regime não teria alterado esse cotidiano, como está implícito no comentário de Sodré (1982, p. 229) de que a vida brasileira não seria muito diferente em 1810 e em 1850. Tal detalhe joga luz nova sob a aparente incoerência, apontada antes, entre o recorte temporal narrado no romance e quanto tempo durou de fato o “tempo do rei” remetido em sua abertura. O *tempo do rei*, no contexto de escrita e circulação do romance, afinal, continuava sendo *agora*. O Rei é outro, o Império é outro — mas isso faria tanta diferença assim para um republicano como Manuel Antônio de Almeida?

Em resumo, se o recuo temporal de *Memórias de um sargento de milícias* não é rigoroso o suficiente para justificar a etiqueta de romance histórico, tampouco pode ser visto, por outro lado, somente como um disfarce para que a crítica dos costumes fosse melhor aceita pelos leitores. Isso porque, em última instância, sua crítica não se refere apenas ao Brasil contemporâneo ao autor como também, por assim dizer, à sua atrapalhada *formação nacional* até então. Em 1958, o romance histórico italiano *Il Gattopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, assim como a adaptação cinematográfica de Luchino Visconti de 1963, eternizaria a fórmula de que é preciso que tudo mude para que tudo continue o mesmo, em referência à conservação do poder dos nobres durante a unificação italiana. Mais de um século antes, Manuel Antônio de

Almeida ironizava o mesmo processo em relação à história brasileira em seu romance, mantendo o foco, entretanto, na vida da população distante da corte.

## Referências

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

AZEKA, Gabriela Hatsue Yuasa. *Um enjeitado e um sargento de milícias: formação do indivíduo e do romance*. 2005. Tese (Doutorado) — Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

BUENO, Luís. Prontos de nascença: a formação do homem brasileiro de elite em Machados de Assis. In: MAZZARI, Marcus Vinicius; MARKS, Maria Cecília (orgs.). *Romance de formação: caminhos e descaminhos do herói*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Todavia, 2023.

CASTRO, Ruy. Maneco: um autor que escreveu sua obra-prima aos vinte anos — e levou os dez restantes a caminho do oblívio. In: Almeida, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

LÚKACS, György. *O romance histórico*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Wilson. Filho de uma pisadela e de um beliscão. In: MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. II (1794-1855). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MORETTI, Franco. *O burguês: entre a história e a literatura*. Tradução Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.



SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012a.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012b.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982.